



# Câmara Municipal de Linhares

Palácio Legislativo "Antenor Elias"

**CONTRATO Nº 009/2026**  
**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 004/2026**  
**PROCESSO Nº 14600/2025**

TERMO DE CONTRATO FIRMADO NA SEDE DA CÂMARA MUNICIPAL DE LINHARES, QUE ENTRE SÍ FAZEM, DE UM LADO A *CÂMARA MUNICIPAL DE LINHARES-ES* E DE OUTRO LADO A EMPRESA *GDA SOLUCOES EM INFORMATICA LTDA*, EM CONFORMIDADE COM O PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 14600/2025.

Por este instrumento particular de contrato que entre si fazem, de um lado a **Câmara Municipal de Linhares/ES**, pessoa jurídica de Direito Público, com sede à Avenida José Tesch, 1021, Centro, Linhares - ES, devidamente inscrito no C.N.P.J sob o Nº 01.975.290/0001-51, neste ato representado por seu presidente, Sr. RONALD PASSOS PEREIRA, portador do CPF nº 056166487-01 e RG Nº 3071731, neste instrumento denominado simplesmente **CONTRATANTE** e, do outro, a empresa **GDA SOLUCOES EM INFORMATICA LTDA.**, pessoa jurídica de direito privado, devidamente inscrita no CNPJ sob o nº 08.281.458/0001-78, com sede à Rua. Olímpio Vidal Teixeira, nº1150, Progresso, CEP 89281-030, São Bento do Sul/SC, neste ato representada legalmente pelo Sr. Glauber Eduardo de Souza Américo, portador do CPF nº 022.856.889-70 e RG nº 6762014, adiante denominada simplesmente **CONTRATADA**, tendo em vista o julgamento datado de 17 de abril de 2026, referente ao Pregão Eletrônico de Nº 04/2026, devidamente homologado pela Câmara Municipal de Linhares-ES, no Processo Nº 14600/2025, têm entre si, justos e contratados, sob a forma de execução indireta, nos termos da Lei nº 14.133/2021 e suas alterações, mediante as seguintes cláusulas e condições:

## **CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO**

**1.1.** Contratação de empresa para fornecimento de equipamentos e materiais permanentes, visando suprir as necessidades da Câmara Municipal de Linhares.

## **CLÁUSULA SEGUNDA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

**2.1.** A empresa vencedora obrigar-se-á a cumprir o Contrato/Autorização de Fornecimento, este instrumento e as disposições de sua proposta.

**2.2.** Executar os fornecimentos conforme estabelecido no Contrato/Autorização de



# Câmara Municipal de Linhares

## Palácio Legislativo "Antenor Elias"

Fornecimento e de acordo com as necessidades da Câmara Municipal de Linhares, fiscalizando-os juntamente com o servidor especialmente designado para essa tarefa.

- 2.3.** Não transferir a outros, no todo ou em parte, o objeto do contrato.
- 2.4.** Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no Edital.
- 2.5.** Indenizar a CONTRATANTE, por quaisquer danos pessoal ou material, quando resultantes de ação ou omissão, negligência, imprudência, ou imperícia dos seus empregados ou prepostos.
- 2.6.** Arcar com o pagamento de taxas, impostos, encargos trabalhistas, previdenciários, comerciais e fiscais, bem como seguros, desde que resultantes da contratação com a Câmara Municipal de Linhares.
- 2.7.** Designar formalmente funcionário/representante para representa-la perante à Câmara Municipal de Linhares.
- 2.8.** Emitir, Nota Fiscal/Fatura discriminativa contendo os materiais a ser entregues, devidamente atestada por servidor credenciado, onde o CONTRATANTE poderá deduzir do montante a pagar os valores correspondentes as multas ou indenizações devidas pela CONTRATADA, de acordo com os termos do edital, desde que não haja nenhum fato impeditivo.
- 2.9.** Aceitar, nas mesmas condições, os acréscimos ou supressões que se fizerem no objeto do contrato, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, nos termos da legislação vigente.
- 2.10.** Providenciar a imediata correção das deficiências apontadas pelo setor competente da CONTRATANTE, conforme os prazos constantes neste instrumento.
- 2.11.** Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do produto, de acordo com os artigos 12, 13, 18, e 26, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990).
- 2.12.** O dever previsto no subitem anterior implica na obrigação de, a critério da Administração, substituir, reparar, corrigir, remover ou reconstruir, às suas expensas, no prazo de 05 (cinco) dias o produto com avarias ou defeitos.
- 2.13.** Atender prontamente a quaisquer exigências da Administração, inerentes e pertinentes ao objeto da presente licitação.



**2.14.** O Licitante vencedor será convocado pela Câmara Municipal para assinatura do termo de contrato, aceitar ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo de 05 (cinco) dias úteis, sob pena de decair o direito de contratação.

**2.15.** Aprovar previamente, junto à Câmara Municipal de Linhares, quaisquer alterações relacionadas com a execução do objeto em pauta.

**2.16.** Apresentar, durante a execução do contrato, se solicitado, documentos que comprovem estar cumprindo a legislação em vigor quanto às obrigações assumidas, em especial encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, tributários, fiscais e comerciais.

**2.17.** Prestar à Câmara Municipal de Linhares todas as informações e esclarecimentos necessários ao acompanhamento dos trabalhos, sempre que solicitado.

**2.18.** O FORNECEDOR BENEFICIÁRIO/CONTRATADA deverá manter a estrita confidencialidade sobre todas as informações a que tiver acesso através da CÂMARA MUNICIPAL DE LINHARES para execução dos serviços contratados, sejam tais informações de cara ter técnico, econômico ou qualquer outro.

**2.18.1.** A obrigação de sigilo e confidencialidade se estende a quaisquer outras informações sobre a CÂMARA MUNICIPAL DE LINHARES que o FORNECEDOR BENEFICIÁRIO/CONTRATADA venha a ter acesso, direta ou indiretamente, em razão da contratação objeto deste termo. A obrigação de confidencialidade deverá ser mantida mesmo após o término da prestação dos serviços contratados, sob pena de ser acionada judicialmente.

### **CLÁUSULA TERCEIRA - OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

**3.1.** Exercer gestão, controle, administração e fiscalização do contrato assinado com a CONTRATADA, para a realização do objeto de que trata o Edital e o Contrato dele decorrente.

**3.2.** Designar servidor pertencente ao quadro da Câmara Municipal de Linhares para representá-la perante a CONTRATADA.

**3.3.** Notificar a CONTRATADA, por escrito, sobre quaisquer irregularidades referentes à execução do Contrato.

**3.4.** Analisar, avaliar, determinar e registrar as falhas encontradas, assim como o não cumprimento das determinações contratuais, aplicando as penalidades previstas em Lei.

**3.5.** Prestar todas as informações necessárias à CONTRATADA para a execução do objeto



contratado.

**3.6.** Pagar, no prazo estabelecido em contrato, as faturas apresentadas pela CONTRATADA.

**3.7.** Notificar a CONTRATADA, por escrito, fixando-lhe prazo para corrigir defeitos ou irregularidades encontradas no fornecimento do objeto.

#### **CLÁUSULA QUARTA - ENTREGA E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO**

**4.1.** Os produtos deverão ser entregues de forma integral e imediata, de acordo com a Autorização de Fornecimento encaminhada pelo Departamento de Compras e Suprimentos da Câmara Municipal de Linhares, devendo atender à solicitação no prazo máximo de até 30 (trinta) dias da emissão da ordem de fornecimento, no endereço Avenida José Tesch, nº 1021, Centro, Linhares/ES, CEP 29.900-220, de segunda à sexta-feira, das 8 às 17h.

**4.2.** Os produtos deverão ser entregues em condições seguras de consumo e utilização, respeitando-se rigorosamente o prazo de entrega, sendo prorrogável somente a critério da administração, sob pena de aplicação de sanção.

**4.3.** O servidor responsável pelo recebimento poderá solicitar a correção de eventuais falhas ou irregularidades que forem verificadas na entrega dos produtos e a substituição, caso não esteja em condições de consumo, que deverá ocorrer no prazo máximo de 5 (cinco) dias a partir da solicitação da CONTRATANTE.

**4.4.** A CONTRATANTE designará um representante, a ser denominado "Fiscal do Contrato", para o acompanhamento da execução do presente Contrato, o qual tomará todas as medidas necessárias ao fiel cumprimento do presente ajuste.

**4.5.** O fiscal do Contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do objeto contratado, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.

**4.6.** As decisões e providências que ultrapassem a competência do Fiscal do Contrato deverão ser solicitadas à Direção Geral da Câmara Municipal de Linhares, em tempo hábil, para adoção das medidas cabíveis.

**4.7.** O acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato consistem na verificação da conformidade do atendimento do termo de referência, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do contrato, devendo ser exercidos pelo representante da Câmara Municipal de Linhares, em conformidade com a legislação.



## CLÁUSULA QUINTA - PREÇO E PAGAMENTO

5.1 O valor global para execução do contrato é de **R\$24.022,99 (vinte e quatro mil e vinte e dois reais e noventa e nove centavos)**, conforme proposta comercial apresentada pela contratada.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE	PREÇO UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	<p>SWITCH CORE DE REDE 24 PORTAS RJ45 – LAYER 3 GERENCIÁVEL</p> <ul style="list-style-type: none"><li>• Equipamento novo, primeiro uso;</li><li>• O equipamento deverá ser um switch de camada 3, gerenciável, com 24 portas RJ45 10/100/1000 Mbps.</li><li>• Deve possuir no mínimo 4 portas SFP+ com velocidade mínima de 10Gbps integradas para uplinks de alta performace.</li><li>• Deve permitir montagem em rack padrão de 19 polegadas, com altura máxima de 1U.</li><li>• Deve possuir estrutura metálica robusta e ventilação adequada para operação contínua.</li><li>• Deve possuir capacidade de comutação de, no mínimo, 120 Gbps.</li><li>• Deve possuir taxa de encaminhamento de pacotes de, no mínimo, 90 Mpps.</li><li>• Deve implementar IEEE 802.3az para economia de energia nas portas Ethernet (Energy Efficient Ethernet).</li><li>• Deve suportar jumbo frames com tamanho mínimo de 9.000 bytes.</li><li>• Deve possuir interface de console local (RJ45 ou microUSB).</li><li>• Deve permitir gerenciamento remoto via CLI (SSHv2), SNMP v1/v2/v3, interface Web (HTTPS) e API REST.</li></ul>	UNID	1	R\$19.998,00	R\$19.998,00



<ul style="list-style-type: none"><li>• Deve suportar empilhamento físico ou virtual com gerenciamento unificado.</li><li>• A pilha deve ser gerenciada por um único endereço IP.</li><li>• Deve suportar agregação de links via LACP (IEEE 802.3ad), com até 8 portas por grupo.</li><li>• Deve possuir tabela MAC com capacidade mínima de 16.000 entradas.</li><li>• Deve possuir tabela de roteamento com no mínimo 2.000 rotas IPv4 e 500 rotas IPv6.</li><li>• Deve possuir latência máxima de 8 <math>\mu</math>s para pacotes de 64 bytes.</li><li>• Deve possuir buffer de pacotes com capacidade mínima de 4 MB.</li><li>• Deve possuir certificação da Anatel.</li><li>• Deve ser compatível com as diretrizes RoHS.</li></ul> <p>FUNCIONALIDADES DE CAMADA 2</p> <ul style="list-style-type: none"><li>• Deve suportar VLANs (mínimo de 4.000 simultâneas).</li><li>• Deve implementar agregação de link, detecção de falhas de uplink e LLDP/LLDP-MED.</li><li>• Deve implementar Q-in-Q (IEEE 802.1ad), STP, RSTP e MSTP (IEEE 802.1s).</li><li>• Deve implementar IGMP Snooping v2/v3.</li><li>• Deve permitir controle de broadcast e multicast por rate limiting.</li><li>• Deve permitir espelhamento de tráfego por porta, VLAN ou ACL, inclusive para switches remotos.</li></ul> <p>FUNCIONALIDADES DE CAMADA 3</p> <ul style="list-style-type: none"><li>• Deve implementar roteamento estático e dinâmico: RIP v1/v2 com autenticação MD5, RIPng,</li></ul>				
--	--	--	--	--



<p>OSPF, OSPFv3, VRRP e PBR.</p> <ul style="list-style-type: none"><li>• Deve suportar servidor DHCP (IPv4 e IPv6), DHCP Snooping e DHCP Relay.</li><li>• Deve permitir roteamento entre VLANs com desempenho adequado.</li></ul> <p>SEGURANÇA</p> <ul style="list-style-type: none"><li>• Deve implementar autenticação IEEE 802.1X com múltiplos usuários por porta.</li><li>• Deve implementar autenticação baseada em MAC via RADIUS.</li><li>• Deve implementar autenticação via Web para dispositivos sem supplicants.</li><li>• Deve permitir controle de acesso baseado em perfis (RBAC).</li><li>• Deve suportar VLANs privadas.</li><li>• Deve implementar ACLs baseadas em IP e porta TCP/UDP.</li><li>• Deve implementar proteção contra ataques ARP.</li><li>• Deve permitir integração com servidores RADIUS e TACACS+.</li></ul> <p>GERENCIAMENTO</p> <ul style="list-style-type: none"><li>• Deve suportar NTP com autenticação MD5.</li><li>• Deve implementar Syslog sobre TLS, SFTP e TR-069.</li><li>• Deve permitir agendamento de tarefas e comandos.</li><li>• Deve permitir auto-configuração via DHCP.</li><li>• Deve permitir gerenciamento via plataforma de nuvem do fabricante.</li><li>• Deve permitir monitoramento de SLA com testes ICMP, UDP e TCP.</li><li>• Deve permitir provisionamento automático de</li></ul>				
---	--	--	--	--



	<p>dispositivos como Access Points e telefones IP.</p> <p>LICENCIAMENTO E GARANTIA</p> <ul style="list-style-type: none"><li>• Deve ser fornecido com todas as licenças de software necessárias para funcionamento integral.</li><li>• A garantia deverá ser do fabricante ou fornecedor, com prazo mínimo de 5 (cinco) anos.</li><li>• O suporte técnico deverá ser em português, com atendimento via telefone 0800 ou outro canal de atendimento.</li><li>• A garantia deverá incluir troca de hardware e atualizações de software em caso de falhas.</li><li>• Marcas de referência: Intelbras SC 3570-24GX-4X, Catalyst 9200L-24T-4X, HP Aruba CX 6300 24G 4SFP+ ou equivalentes de outra marca que atenda integralmente as especificações técnicas.</li></ul>				
02	<p>SWITCH GERENCIÁVEL PARA AP's, 16 PORTAS RJ45</p> <ul style="list-style-type: none"><li>• Equipamento novo, primeiro uso;</li><li>• Número de Portas: 16 portas RJ45 10/100/1000 Mbps auto-negociáveis/auto MDI/MDIX</li><li>• Portas PoE+: Mínimo 8 portas PoE+ (802.3at/af)</li><li>• Orçamento PoE: Mínimo 120W disponíveis para todas as portas PoE+</li><li>• Gerenciamento: GUI baseada na Web ou Hardware Controlador ou Controlador de Software</li><li>• Características L2: Prevenção Automática de Loop, VLAN e IGMP Snooping</li><li>• QoS: Suporte a QoS</li><li>• VLAN: Suporte a VLANs</li><li>• Montagem: Rack ou mesa</li><li>• Capacidade de Comutação</li></ul>	UNI	1	R\$1.348,99	R\$1.348,99



# Câmara Municipal de Linhares

Palácio Legislativo "Antenor Elias"

	<p>(Switching): 32 Gbps</p> <ul style="list-style-type: none"><li>• Fonte de alimentação: 100-240 VAC, 50/60 Hz</li><li>• Garantia</li></ul> <p>Fabricante/Fornecedor: Mínimo 3 anos</p> <ul style="list-style-type: none"><li>• Certificação: Anatel</li><li>• Marcas de referência: Intelbras SG 1602 PoE Max, Omada SG2016P, TP-Link TL-SG1218MPE</li></ul>				
03	<p>SWITCH ETHERNET 8 PORTAS GIGABIT</p> <ul style="list-style-type: none"><li>• Equipamento novo, primeiro uso;</li><li>• Tipo: Switch Ethernet não gerenciável</li><li>• Quantidade de portas: mínimo de 8 portas RJ-45</li><li>• Velocidade das portas: 10/100/1000 Mbps (Gigabit Ethernet)</li><li>• Capacidade de comutação (switching capacity): mínimo de 16 Gbps</li><li>• Ventoinha: sem ventoinha (fanless), para funcionamento silencioso</li><li>• Montagem: uso em mesa ou fixação em parede (desktop/wall-mount)</li><li>• Padrões suportados: IEEE 802.3, 802.3u, 802.3ab, 802.3x (full duplex/flow control)</li><li>• Funções adicionais:</li><li>• Auto MDI/MDIX em todas as portas</li><li>• Auto-negociação de velocidade e duplex</li><li>• QoS (Quality of Service) básico para priorização de tráfego</li><li>• Alimentação: fonte externa bivolt automática (100–240 V AC)</li><li>• Consumo de energia: máximo de 10 W</li></ul>	UNI	8	R\$114,00	R\$ 912,00



# Câmara Municipal de Linhares

Palácio Legislativo "Antenor Elias"

	<ul style="list-style-type: none"><li>• Temperatura de operação: 0 °C a 40 °C</li><li>• Certificação: Homologação Anatel</li><li>• Garantia mínima: 12 meses</li><li>• Modelos de Referência: Intelbras SG 800 Q+, Tenda TEG1008D, TP-Link TL-SG108</li></ul>				
04	<p>HARDWARE CONTROLADOR PARA AP's</p> <ul style="list-style-type: none"><li>• Equipamento novo, primeiro uso;</li><li>• Hardware controlador dedicado para gerenciamento centralizado dos Access Points TP-Link Omada EAP610 já existentes na Câmara Municipal de Linhares; sem a necessidade de programas adicionais ou soluções de terceiros;</li><li>• Marcas de referência: TP-Link Omada OC200 ou equivalente compatível, mediante documentação técnica do fabricante ou distribuidor autorizado;</li><li>• Garantia Fabricante/Fornecedor: Mínimo 3 anos.</li></ul>	UN	1	R\$ 788,00	R\$ 788,00
05	<p>MICROFONES DE LAPELA SEM FIO</p> <ul style="list-style-type: none"><li>• Equipamento novo, primeiro uso;</li><li>• Sistema de transmissão sem fio digital: frequência de operação de 2,4 GHz;</li><li>• Configuração mínima: 2 transmissores (TX) e 1 receptor (RX);</li><li>• Padrão de captação: microfones omnidirecionais;</li><li>• Qualidade de áudio: amostragem de 48 kHz / 16 ou 24 bits;</li><li>• Alcance de transmissão: mínimo de 100 metros em linha de visada (LOS);</li><li>• Autonomia de uso: mínimo</li></ul>	UN	2	R\$ 488,00	R\$ 976,00



<p>de 8 horas contínuas por transmissor, com estojo de recarga portátil;</p> <ul style="list-style-type: none"><li>• O equipamento deverá acompanhar todos os adaptadores, cabos e interfaces necessários para garantir o uso direto em mesa de som com entrada P2 (3,5 mm TRS), sem necessidade de aquisição adicional pela Administração;</li><li>• Acessórios obrigatórios: cabos, adaptadores, presilhas ou cliques magnéticos, filtros corta-vento (windscreen), estojo de carregamento e cabo USB;</li><li>• Garantia mínima: 12 (doze) meses;</li><li>• Certificação: produto devidamente homologado pela ANATEL.</li><li>• Cor: Preta ou branca.</li><li>• Marcas de referência: Ulanzi U-Mic AM18 Lapela; Hollyland Lark A1 Combo e Hollyland Lark M2s Duo Combo.</li><li>• Unidade de Fornecimento: kit com dois microfones sem fio.</li></ul>				
--	--	--	--	--

**5.2** No valor descrito no item 5.1 estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução contratual, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

**5.3** O pagamento será feito em favor da empresa CONTRATADA, por meio de Ordem Bancária em conta corrente ou por meio de apresentação de boleto de cobrança em nome da Câmara Municipal de Linhares, juntamente com a Nota Fiscal em nome da Câmara Municipal de Linhares, sem emendas ou rasuras, dos documentos de regularidade fiscal exigidos pelo art. 62 ao art.70 da Lei nº 14.133/2021 e da declaração de Requisição do pagamento.

**5.3.1** Para fazer jus ao pagamento, a CONTRATADA deverá apresentar juntamente com a nota fiscal/boleto de serviço os seguintes documentos:



# Câmara Municipal de Linhares

## Palácio Legislativo "Antenor Elias"

- a) Certidão Negativa quanto à Dívida Ativa da União e Certidão de Quitação de Tributos e Contribuições Federais;
- b) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas;
- c) Certidão Negativa de Débitos Estaduais;
- d) Certidão Negativa de Débitos Municipais da sede da CONTRATADA;
- e) Certidão de Regularidade com Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS);
- f) Requerimento de pagamento com Nome e CNPJ da empresa, nº da Nota Fiscal.

**5.3.2** Em caso da escolha da empresa em apresentar boleto, o mesmo deverá ter no mínimo 15 (quize) dias corridos para o vencimento, contados a partir da data de protocolo/envio do requerimento do pagamento.

**5.4** A CONTRATANTE efetuará o pagamento somente para a CONTRATADA, vedada a negociação dos documentos de cobrança com terceiros, ou a sua colocação em cobrança bancária.

**5.5** A CONTRATANTE rejeitará o fornecimento executado em desacordo com o disposto neste Edital e Anexos. Se, mesmo após o recebimento definitivo, constatar-se que o fornecimento foi executado em desacordo com o especificado, com defeito ou incompleto, os responsáveis da CONTRATANTE notificarão a empresa fornecedora para que a mesma providencie a correção necessária.

**5.5.1** Caso ocorra o vencimento do boleto durante a correção de quaisquer irregularidades provocadas pela contratada, a mesma deverá emitir um novo boleto respeitando o prazo contido no item 5.3.2.

**5.6** A Nota Fiscal deverá ser emitida em nome da CÂMARA MUNICIPAL DE LINHARES-ES, Avenida José Tesch, 1021 - Centro - Linhares/ES, inscrita no CNPJ Nº 01.975.290/0001-51.

**5.6.1** Na Nota Fiscal deverão constar:

- a) Nº do processo;
- b) Nº da Autorização de Fornecimento;
- c) Nº do empenho;
- d) Nº do contrato;
- e) Nº da licitação e modalidade.

Além das demais especificações necessárias, como descrição, preços, quantidade, etc.

**5.7** Caso o pagamento não seja efetuado dentro do prazo previsto, a CONTRATADA se reserva no direito de solicitar o pagamento de multa financeira nos seguintes termos:



$$EM = I \times ND \times VF$$

Onde:

EM = Encargos Moratórios.

VF = Valor da Nota Fiscal referente ao mês em atraso.

ND = Número de dias em atraso.

I = Índice de Compensação Financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = \frac{(TX/100)}{365} \rightarrow I = \frac{(6/100)}{365} \rightarrow I = 0,00016438$$

Onde:

TX = percentual da taxa anual = 6%

**5.8** Caso não seja reconhecido o pagamento dos valores referentes à nota fiscal no prazo contratual, a CONTRATADA deverá realizar contato, notificando a existência da pendência, num prazo de 5 (cinco) dias úteis, antes de qualquer medida restritiva à CONTRATANTE.

**5.9** A Nota Fiscal deverá conter o mesmo CNPJ e razão social apresentados na etapa de credenciamento e acolhido nos documentos de habilitação.

**5.10** Qualquer alteração feita no contrato social da empresa vencedora, ato constitutivo ou estatuto que modifique as informações registradas na contratação, deverão ser comunicados à Câmara Municipal de Linhares, mediante documentação própria, para apreciação da autoridade competente.

**5.11** Para a formalização do pagamento, o Departamento de Almoxarifado e o fiscal do contrato atestará a execução do fornecimento, para após enviar a fatura para liquidação e pagamento.

**5.12** A Câmara Municipal de Linhares, ao efetuar pagamento à pessoa física ou jurídica pelo fornecimento de bens ou prestação de serviços em geral, inclusive obras de engenharia, fica obrigada a proceder à retenção do Imposto de Renda (IR), com base na Instrução Normativa RFB nº 1.234, de 11 de janeiro de 2012, Instrução Normativa RFB nº 2145, de 26 de junho de 2023 e alterações posteriores, e ainda em observância ao disposto na Instrução Normativa nº 003/2023 deste Órgão.

**5.12.1.** Não estão sujeitos à retenção do IR na fonte os pagamentos realizados a pessoas ou por serviços e mercadorias elencados no art. 4º da Instrução Normativa RFB nº 1.234, de 11 de janeiro de 2012.



## **CLÁUSULA SEXTA - DO RECURSO ORÇAMENTÁRIO**

**6.1-** As despesas decorrentes desta licitação correrão à conta de dotação orçamentária própria consignada no Orçamento da Câmara Municipal de Linhares para o exercício atual e subsequentes, a saber:

**ÓRGÃO: 01 - CÂMARA MUNICIPAL DE LINHARES**

**UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 01 - CÂMARA MUNICIPAL DE LINHARES**

**FUNÇÃO: 01 - LEGISLATIVA**

**SUBFUNÇÃO: 031 - AÇÃO LEGISLATIVA**

**PROGRAMA: 0113 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO PODER LEGISLATIVO**

**PROJETO/ATIVIDADE: 3.040 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO PODER LEGISLATIVO ELEMENTO**

**DESPESA: 44905200000 - EQUIPAMENTO E MATERIAL PERMANENTE**

**FONTE DE RECURSO: 150000000001 - RECURSOS ORDINÁRIOS**

**SUB-ELEMENTO DESPESA: 44905218000 - MÁQUINAS, UTENSÍLIOS E EQUIPAMENTOS DIVERSOS**

**6.2** Para a cobertura das despesas relativas ao presente contrato serão emitidas Notas de Empenho, à conta das dotações especificadas nesta cláusula.

## **CLÁUSULA SÉTIMA - DO PRAZO, VIGÊNCIA E REAJUSTE**

**7.1** Será firmado contrato com o licitante vencedor que terá suas cláusulas e condições reguladas pelas Leis nº 14.133/2021.

**7.2** O licitante vencedor será convocado pela Administração para assinatura do termo de contrato, aceitar ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo de 05 (cinco) dias úteis, sob pena de decair o direito de contratação conforme estipulado no art. 90 da Lei nº 14.133/2021.

**7.3** O prazo de vigência deste contrato é de 6 (seis) meses, contado a partir da data de sua assinatura e sua eficácia dar-se a partir da data de sua publicação resumida na Imprensa Oficial do Estado e publicação no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP).

**7.4.** O contrato poderá ser prorrogado, por igual período, sob as mesmas cláusulas e condições, até a máxima vigência, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133/2021, a menos que haja denúncia de qualquer das partes com antecedência mínima de 45 (quarenta e cinco) dias antes de expirado o prazo final do CONTRATO.

**7.5.** Mediante solicitação da Contratada, dentro do prazo de vigência do contrato, o reajuste poderá ser adotado no caso de prorrogação do contrato, como forma de compensação dos



efeitos das variações inflacionárias, desde que decorridos 12 (doze) meses, a contar da data da apresentação da proposta ou da data do último reajustamento.

**7.6.** O reajuste do preço contratado levará em consideração o índice do IPCA (IBGE), ou outro índice que vier a substituí-lo.

## **CLÁUSULA OITAVA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

**8.1.** Pela inexecução total ou parcial do contrato, a Administração do **CONTRATANTE** poderá aplicar à **CONTRATADA** as seguintes sanções:

I - Advertência;

II - Multa;

III - Impedimento de licitar e contratar com a Câmara Municipal de Linhares, pelo prazo máximo de 03 (três) anos;

IV - Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 03 (três) anos e máximo de 06 (seis) anos.

**8.2.** Na aplicação das sanções serão considerados:

I – A natureza e a gravidade da infração cometida;

II – As peculiaridades do caso concreto;

III – As circunstâncias agravantes ou atenuantes;

IV – Os danos que da infração provierem para a Administração Pública.

**8.3.** Ficam fixados, a título de multa, os percentuais por **atraso injustificado** no cumprimento da obrigação contratualmente estabelecida e/ou pela **inexecução total ou parcial** do contrato, garantida a prévia defesa, nos seguintes termos:

I - No caso de atraso injustificado no cumprimento da obrigação contratual, no que diz respeito ao prazo de execução do serviço/entrega dos materiais, será aplicada multa moratória nos seguintes percentuais:

a) 0,5% (cinco décimos percentuais) sobre o valor da parcela executada em desconformidade com o prazo previsto na contratação, pelo 1º (primeiro) dia de atraso;

b) 0,2% (dois décimos percentuais) ao dia, do 2º (segundo) até o 20º (vigésimo) dia de atraso, a ser calculado sobre o valor da parcela executada em



desconformidade com o prazo previsto na contratação;

c) 0,5% (cinco décimos percentuais) ao dia, a partir do 21º (vigésimo primeiro) dia de atraso, a ser calculado sobre o valor da parcela executada em desconformidade com o prazo previsto na contratação;

d) O atraso superior ao 25º (vigésimo quinto) dia, autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.

**II** - O valor final apurado para a sanção de multa não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato e poderá ser aplicada ao responsável por qualquer das infrações administrativas previstas no art. 155 da Lei 14.133/21.

**III** – Considera-se atraso injustificado a não apresentação pela **CONTRATADA** de argumentos e documentos capazes de motivar o descumprimento do prazo estabelecido no contrato para a entrega ou a prestação do serviço.

**IV** - Constatado o atraso na entrega de bens ou na execução de serviços, realizar-se-ão os procedimentos necessários para instruir a aplicação da multa, observados os princípios do contraditório e da ampla defesa.

**V** – A Administração, a seu critério, de forma fundamentada, poderá rescindir o contrato a qualquer tempo, observadas as disposições constantes dos arts. 138 e 139 da Lei 14.133/21.

**VI** - No caso de descumprimento das obrigações contratuais, será aplicada multa compensatória nos percentuais de:

a) 15% (quinze por cento), nos casos de inexecução parcial do objeto, calculada sobre o valor total da contratação.

b) 30% (trinta por cento), no caso de inexecução total do objeto, calculada sobre o valor total da contratação.

c) A multa prevista neste inciso poderá ser reduzida, desde que haja justificativa formal por parte da contratada, observados os critérios estabelecidos no parágrafo segundo desta cláusula.

**VII** - Caso o atraso na execução do objeto alcance 25 (vinte e cinco) dias corridos, a unidade gestora do contrato deve notificar a **CONTRATADA** e, considerando as



# Câmara Municipal de Linhares

## Palácio Legislativo "Antenor Elias"

eventuais justificativas apresentadas, avaliar em manifestação fundamentada se persiste o interesse em manter a contratação ou se é mais vantajoso rescindi-la.

**VIII** - A aplicação de multa de mora não impede que a Administração a converta em compensatória e promova a extinção unilateral do contrato com a aplicação cumulada de outras sanções previstas nesta cláusula.

**IX** - As penalidades de multa moratória e multa compensatória não serão cumuladas, exceto nas situações em que a **CONTRATADA** entregar parte do objeto em atraso e não cumprir o restante da obrigação. Nesse caso, haverá a aplicação da penalidade de multa moratória, a ser calculada sobre a parcela entregue em atraso, e a aplicação da penalidade de multa compensatória, a ser calculada sobre a parcela não entregue.

**X** - O **CONTRATANTE** exigirá o pagamento do valor fixado a título de multa compensatória independentemente da demonstração de prejuízos, nos termos do art. 416 do Código Civil.

**XI** - A aplicação da multa compensatória não obsta a apuração e cobrança de eventuais perdas e danos decorrentes do descumprimento do contrato.

**XII** - As penalidades de multa poderão ser aplicadas cumulativamente com as demais sanções previstas no parágrafo primeiro desta cláusula, observado o disposto nos itens VIII e IX deste parágrafo.

**XIII** - A contagem do período de atraso na execução do objeto será realizada a partir do primeiro dia útil subsequente ao do encerramento do prazo estabelecido para o cumprimento da obrigação.

**a)** No caso de descumprimento de obrigação trabalhista, a contagem do período de atraso será iniciada imediatamente após o exaurimento do prazo para cumprimento, ainda que o vencimento recaia em dia não útil.

**8.4.** Ficará impedida de licitar e contratar com a Câmara Municipal de Linhares pelo prazo máximo de 03 (três) anos, sem prejuízo das demais cominações legais e contratuais, a **CONTRATADA** que enquadrar-se nas condutas a seguir enumeradas, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, considerando-se, na dosimetria da pena, os princípios da legalidade, da proporcionalidade e da razoabilidade.

**I** - Dar causa à inexecução parcial do contrato, que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

**II** - Dar causa à inexecução total do contrato;



III - Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto do presente contrato sem motivo justificado.

**8.5.** A declaração de inidoneidade, pelo prazo mínimo de 03 (três) anos e máximo de 06 (seis) anos, será aplicada se a **CONTRATADA** cometer alguma das infrações administrativas descritas abaixo, bem como pelas infrações administrativas previstas no parágrafo quarto desta cláusula que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção nele referida, considerando-se, na dosimetria da pena, os princípios da legalidade, da proporcionalidade e da razoabilidade:

- I - Prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- II - Praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- III - Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- IV - Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos do presente contrato;
- V - Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei 12.846/13.

**8.6.** A penalidade de impedimento de licitar e contratar com a Câmara Municipal de Linhares não poderá ser aplicada cumulativamente com a declaração de inidoneidade.

**8.7.** As notificações/intimações serão realizadas por intermédio de correspondência encaminhada para o endereço eletrônico constante do presente contrato, tendo a **CONTRATADA** a obrigação por mantê-lo atualizado.

## **CLÁUSULA NONA - DA EXTINÇÃO DO CONTRATO**

**9.1** A inexecução total ou parcial do objeto a ser contratado assegurará à CONTRATANTE o direito de extinção do contrato nos termos do art. 137, 138 a 139 da Lei nº 14.133/2021, assegurado o contraditório e a ampla defesa, sempre mediante notificação por escrito.

**9.2** Caberá extinção do contrato, independentemente de qualquer processo judicial ou extrajudicial, quando:

- I - não cumprimento ou cumprimento irregular de normas editalícias ou de cláusulas contratuais, de especificações, de projetos ou de prazos;
- II - desatendimento das determinações regulares emitidas pela autoridade designada para acompanhar e fiscalizar sua execução ou por autoridade superior;
- III - alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura da empresa que restrinja sua capacidade de concluir o contrato;
- IV - decretação de falência ou de insolvência civil, dissolução da sociedade ou falecimento do contratado;
- V - caso fortuito ou força maior, regularmente comprovados, impeditivos da execução



do contrato;

VI - atraso na obtenção da licença ambiental, ou impossibilidade de obtê-la, ou alteração substancial do anteprojeto que dela resultar, ainda que obtida no prazo previsto;

VII - atraso na liberação das áreas sujeitas a desapropriação, a desocupação ou a servidão administrativa, ou impossibilidade de liberação dessas áreas;

VIII - razões de interesse público, justificadas pela autoridade máxima do órgão ou da entidade contratante;

IX - não cumprimento das obrigações relativas à reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz.

### **9.3** A extinção do contrato poderá ser:

I - determinada por ato unilateral e escrito da Administração, exceto no caso de descumprimento decorrente de sua própria conduta;

II - consensual, por acordo entre as partes, por conciliação, por mediação ou por comitê de resolução de disputas, desde que haja interesse da Administração;

III - determinada por decisão arbitral, em decorrência de cláusula compromissória ou compromisso arbitral, ou por decisão judicial.

### **9.4** A extinção determinada por ato unilateral da Administração poderá acarretar, sem prejuízo das sanções previstas nesta Lei, as seguintes consequências:

I - assunção imediata do objeto do contrato, no estado e local em que se encontrar, por ato próprio da Administração;

II - ocupação e utilização do local, das instalações, dos equipamentos, do material e do pessoal empregados na execução do contrato e necessários à sua continuidade;

III - execução da garantia contratual para:

a) ressarcimento da Administração Pública por prejuízos decorrentes da não execução;

b) pagamento de verbas trabalhistas, fundiárias e previdenciárias, quando cabível;

c) pagamento das multas devidas à Administração Pública;

d) exigência da assunção da execução e da conclusão do objeto do contrato pela seguradora, quando cabível.

IV - retenção dos créditos decorrentes do contrato até o limite dos prejuízos causados à Administração Pública e das multas aplicadas.

## **CLÁUSULA DÉCIMA - DAS PRERROGATIVAS**

### **10.1** A CONTRATADA reconhece os direitos da CONTRATANTE, relativos ao presente contrato



e abaixo elencados:

- I - modificá-los, unilateralmente, para melhor adequação às finalidades de interesse público, respeitados os direitos do contratado;
- II - extingui-los, unilateralmente, nos casos especificados na Lei nº 14.133/2021;
- III - fiscalizar sua execução;
- IV - aplicar sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do ajuste;
  
- V - ocupar provisoriamente bens móveis e imóveis e utilizar pessoal e serviços vinculados ao objeto do contrato nas hipóteses de:
  - a) risco à prestação de serviços essenciais;
  - b) necessidade de acautelar apuração administrativa de faltas contratuais pelo contratado, inclusive após extinção do contrato.

## **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA ALTERAÇÃO**

**11.1** Este instrumento poderá ser alterado na ocorrência dos fatos estipulados no artigo 124 a 136, da Lei nº 14.133/2021.

## **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA SUJEIÇÃO DAS PARTES**

**12.1** As partes declaram-se sujeitas às determinações da Lei nº 14.133/2021, legislação complementar, aos preceitos de Direito Público, às cláusulas deste Contrato e, supletivamente, aos princípios da Teoria Geral dos Contratos e nas disposições do Direito Privado, bem como do contido no Processo Administrativo originador desse contrato.

## **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA PUBLICAÇÃO**

**13.1** A CONTRATANTE providenciará a publicação do extrato deste Contrato no Diário Oficial do Estado do Espírito Santo, bem como no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), no prazo estabelecido no artigo 94 da Lei nº 14.133/2021.

**13.2** Após a publicação, a cópia do presente instrumento será disponibilizada no Portal da Transparência da Câmara Municipal de Linhares e enviada, por meio de correio eletrônico, à CONTRATADA.

**13.2.1** Se houver, a via física original da CONTRATADA ficará disponível para retirada na Diretoria de Suprimentos da Câmara Municipal de Linhares, pelo prazo de até 30 (trinta) dias a contar da publicação, e será descartada após esse prazo.



# Câmara Municipal de Linhares

Palácio Legislativo "Antenor Elias"

## CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DO FORO

**14.1** As controvérsias decorrentes deste contrato serão dirimidas no foro da Comarca de Linhares, Estado do Espírito Santo, com exclusão de qualquer outro.

E por estar, assim, justo e avençado, depois de lido e achado conforme, foi o presente contrato lavrado em duas vias de igual teor e forma e assinado pelas partes e testemunhas abaixo.

Linhares - ES, 27 de abril de 2026.

---

**CÂMARA MUNICIPAL DE LINHARES**

CONTRATANTE

Neste ato representada por

**RONALD PASSOS PEREIRA**

---

**GDA SOLUCOES EM INFORMATICA LTDA**

CONTRATADA

Neste ato representada por

**GLAUBER EDUARDO DE SOUZA AMÉRICO**

Testemunha:

---

**CLEIDIANE PASSOS**

Diretora de Suprimentos

Câmara Municipal de Linhares/ES